



Anais da Assembléia

Nº 49

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgard Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irandi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1996
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As quinze horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Peto Picha, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Dusch, Emerson Nerone, Doutor Posinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Turreck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Picardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1149

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 24.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1150

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com ba-

se no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 24.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente solicitando a inversão da Ordem do Dia. Regimentalmente isso seria impossível, mas considerando situação especial desses projetos, vou submeter a voto o requerimento do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Os Senhores Deputados que aprovam a inversão da Ordem do Dia conservem-se como estão. **Aprovado.**

De conformidade, com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 41/96, que cria as classes F6 e F7, com as respectivas referências aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 48, de 24.04.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER:

O Governo do Estado do Paraná compareceu perante esta Casa de Leis com o presente projeto de lei complementar, pretendendo modificar as tabelas de vencimento do Quadro Próprio de Pessoal do Magistério e de Professor do Quadro Único.

O projeto veio ter a esta Comissão para receber no parecer no sentido de sua constitucionalidade.

Sob o aspecto da adequação do presente documento à Constituição Federal e à Constituição Estadual, não há qualquer dúvida de que ele se apresenta completamente marcado pela aura de constitucionalidade.

O art. 169 da Carta Magna vincula qualquer alteração de despesas com pessoal, bem como a alteração de estrutura de carreira à aprovação de lei complementar. E nesse ponto, o projeto manteve estrita constitucionalidade, pois ele se destina à

criação de lei complementar que, por sua vez, se apresenta como modificação de lei complementar já existente (Lei Complementar n° 07, de 22 de dezembro de 1976, Lei Complementar n° 13, de 23 de dezembro de 1981).

O projeto pretende modificação na estrutura de carreira do magistério estadual. Deve-se entender que se trata do magistério destinado ao primeiro e ao segundo graus, pois o superior tem outra estrutura.

A Constituição Federal, em seu art. 212, dá o comando para que o Estado aplique no mínimo vinte e cinco por cento de sua receita na manutenção e desenvolvimento de ensino. Dessa forma, qualquer lei que contenha aumento de despesas destinadas à educação tem, desde sua origem, o aval da própria Lei Maior.

O § 3° do mesmo artigo determina que o Estado assegure prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório.

Ao buscar modificar a estrutura da carreira do magistério público estadual, o Governo do Estado demonstra uma vontade profunda de melhorar a vida dos professores, aumentando-lhes os níveis de acesso na carreira e propiciando-lhes uma melhor adequação de seus cursos de aperfeiçoamento e aprimoramento cultural.

Durante muitos anos, o magistério ficou estagnado em cinco níveis de vencimento, como verdadeiro desestímulo para cursos de aperfeiçoamento ou para uma maior dedicação dos mestres com maior grau de experiência. O projeto tenta quebrar essa rotina criando dois níveis na carreira, alterando os requisitos de níveis de formação e promovendo um reenquadramento que beneficia a todos da ativa e da inatividade, garantindo uma escada com maior número de degraus, de tal forma que alcançar os níveis mais altos seja para os mestres paranaenses. Outra modificação importante é que o projeto estende a regência de classe a todos os professores respeitando a proporcionalidade hoje existente na tabela de vencimentos.

Em todos esses pontos o projeto também se reveste da legalidade, pois privilegia o ensino fundamental, atingindo justamente aquela parte que constitui a alma da educação: o professor.

Não se há de dizer que o projeto é o ideal. Há um longo caminho a percorrer para a conquista definitiva do sonho de todos os profissionais. Mas essa conquista não pode ser feita, infelizmente, de uma única vez, sob pena de comprometimento de toda estrutura do Governo. No entanto, em relação à situação que vigorou até o presente, o projeto é um avanço e significa conquista de pontos há muito desejados.

Há que considerar que o Poder Executi-

vo, tem sabido entender o alto grau de insatisfação do magistério, e tem procurado soluções possíveis dentro de um quadro de arrecadação escassa e de verdadeira desestruturação do funcionalismo estadual. O Governo trava uma luta contra o tempo. E nessa luta, não tem deixado de considerar como prioritária a Educação.

O parecer, pois, é que esta comissão está em condições de declarar a completa legalidade e constitucionalidade do projeto de lei.

Acrescente-se ao § 6° do art. 1°, onde couber, a expressão "ad referendum" da Assembléia.

Sala das Comissões, em 24.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

Apoiamento: Carlos Simões, Geraldo Cartário, Antonio Annibelli, Emerson Nerone, Walmor Trentini, César Seleme, José Tavares, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira.

O SR. EDUARDO TREVISAN (Para encaminhar)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra, para encaminhar a votação, o Senhor Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, a minha justificativa de voto na defesa do projeto é tão rápida que nem necessário era que eu viesse à Tribuna, porque acho que nessa sessão, dada a importância dos projetos, notadamente o projeto que é de interesse dos professores públicos do Estado do Paraná, acho que fala bem quem fala pouco.

Por isso pretendo encaminhar em um minuto, sessenta segundos no máximo, para dizer da minha alegria que conseguimos chegar no dia de hoje, depois de uma discussão ocorrida nos últimos dias com o governo, com a APP sindicato, e tendo os Deputados desta Casa, a oportunidade de participarem como intermediários na tentativa de fazer com que essa discussão chegasse a um final feliz, a um final satisfatório, com os professores podendo permanecer em sala de aula, exercendo as suas atividades sem se esquecerem das suas reivindicações e lutas históricas, mas eu vi um processo muito maduro, vi, por parte do governo, do chefe da Casa Civil, Giovanni Gionédís, negociando com muita firmeza mas com abertura recebendo os representantes da APP sindicato em sua sala, várias vezes e tive a oportunidade de estar presente e por outro lado, vendo a representação sindical, a APP sindicato também negociando com a mesma firmeza mas não perdendo a ternura, não perdendo a visão de futuro, das possibilidades de conquistas, de novos avanços

que podem vir a ocorrer no futuro.

Sabemos que o projeto que está sendo votado aqui hoje não é o desejo completo dos professores e como muitos professores disseram hoje de manhã na assembléia que houve e tive a oportunidade de participar, ele é um grande avanço, mas as reivindicações que permanecem ou as eventuais insatisfações que ficam, elas devem, a partir de agora começar a ser discutidas de maneira permanente, com esse canal que foi aberto pelo Governo do Estado, com esta posição madura que os professores tomaram e com essa intermediação que todos os Deputados aqui, os Líderes, o Rossoni, o Aligaci, o Colombo, Líder do PT, Líder do PMDB, Toti, Líder do PTB, Nelson Justus, o Élio Rusch, do PFL e o Cezar Silvestri, do PSDB, e do PPR, o Deputado Duílio Genari, e todos os partidos enfim, em esta abertura para que possamos atuar sim como intermediários, buscando uma posição de magistrados, sem perdemos de um lado ou de outro, sempre buscando a solução dos conflitos que existem na nossa sociedade.

E, tenho tido a oportunidade de participar deste processo, fiquei muito feliz no dia de hoje porque fui honrosamente designado relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça que preparou o projeto para votação em Plenário. Na verdade o sorteado havia sido o Presidente, o Líder do nosso partido, Deputado Nelson Justus que, sensível a esse momento, tendo visto o meu empenho que procurei dar a minha pequena contribuição para a solução do problema, ele abriu mão e cedeu a mim o papel de relator. Confeccionei o relatório agora antes do almoço e tive o orgulho de poder ler o projeto manifestando a sua constitucionalidade, a sua legalidade e a sua correta técnica legislativa, de tal forma que o projeto estava perfeito para ser analisado em Plenário.

E ainda que a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa não se obrigue, salvo em alguns casos, a ingressar e incursionar pela análise do mérito dos projetos, me aventurei em realmente colocar algumas palavras manifestando a minha certeza de que conseguimos avançar, conseguimos conceder conquistas aos professores públicos, e também manifestei ali a minha consciência de que a partir de agora é necessário esse canal permanente para que se discuta a partir de agora, talvez uma nova regência a ser criada, hora atividade e outras dessas reivindicações históricas que a APP tem e que é possível, com maturidade, abertura, com compromisso com a educação e com compreensão por parte dos professores nesses próximos anos nós conquistamos.

Este é o desejo de todos os Deputados que compõem essa Assembléia e o nosso desejo de que todos os Deputados votem favo-

ravelmente ao projeto para que ele possa produzir os seus efeitos já e imediatamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Jocelito Canto, com a palavra.

O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Discordamos um pouco do Deputado Antonio Belinati, que a princípio falou que nós deveríamos deixar de falar, mas eu acho que o professorado do Paraná tem que ouvir todos os Deputados, até para acompanhar a postura de cada um nesta Casa.

E gostaria de nesta tarde, Sr. Presidente, começar o meu encaminhamento, primeiro usando as palavras que V.Exa. acabou de finalizar, dizendo que hoje não teria Deputado nem a favor, nem contra, todos votariam juntos. Isto me animou profundamente nesta tarde, fazer parte deste Parlamento do Estado do Paraná. Dias atrás, a bem da verdade, eu estava desanimado com algumas atitudes e alguns compromissos que não estavam sendo cumpridos, mas hoje ao entrar nesta Casa, já ao conversarmos com o Presidente da APP, professor Mário Sérgio, ele já dizia: Hoje todos vão votar juntos - está acordado, está acertado, foi discutido e o voto será só um. E é isto que nos anima, como jovens políticos e que temos um compromisso sério com a política neste Estado do Paraná.

Quero hoje cumprimentar os professores do Paraná, os pacientemente professores do Paraná, os respeitadores professores do Paraná, os educados professores do Paraná, que ao longo deste período, Sr. Presidente, ao longo desse ano e quase metade desse segundo ano está aguentando, está respeitando, está aguardando a oportunidade de, por aquelas conquistas lá do passado prometidas, serem cumpridas.

É isso que nos anima, Sr. Presidente, e eu quero prestar também uma homenagem hoje e quando estou falando aqui eu posso falar porque no passado eu não fui Governo e no presente eu até votei algumas matérias acreditando, eu fui Governo, e hoje eu estou desgovernado, voto o que é bom, que acho que devo votar mas nesse caso hoje, eu tenho que aqui, diante dos professores cumprimentar os dois lados da moeda, os professores que se uniram e aqui estão, o Governo do Estado que começou a abrir as portas para uma ampla discussão e que vai terminar naquilo que todos os cabos eleitorais do Senhor Jaime Lerner querem, eu também fui cabo eleitoral do Governador, vocês professores também foram. E o que nós queremos agora é o cumprimento daquilo que foi prometido no passado e quando o Governo abre as portas para negociar,

mesmo professor Mário Sérgio, a APP que tem um fundamento muito bom nesse episódio, que se portou como um sindicato decente, de respeito aos seus professores, de respeito ao Paraná, aí a gente começa a acreditar de novo, a gente começa a acreditar quando o Governo começa a ouvir, sentar na mesa e ouvir a proposta. Se não se chegou lá, se chegou perto.

Vamos continuar cobrando uma decisiva participação desta Casa através dos companheiros que participaram deste movimento, os companheiros Deputados que estiveram ao lado dos professores independentemente de partido ou de ligação sindical, estiveram ao lado, discutiram com o Governo, discutiram com os professores e hoje não teremos greve para anunciar amanhã, não teremos paralisação não teremos aluno reclamando, teremos os professores de volta ao trabalho não com tudo resolvido mas com bom caminho andado.

Senhor Presidente, como jovem Deputado desta Casa, de 1º mandato, cumprimento a postura democrática de V.Exa. como Presidente e também do líder desta Casa, do Governo, Deputado Algaci Túlio, que ontem eu lhe vi falando nessa tribuna dizendo que no dia de ontem haveria lugar de encontrar jeito de se sentarem professores, governo, Deputados e se chegar ao final feliz de hoje, o líder desta Casa que como diz o Deputado Alborghetti, dá a cara para bater, dá a cara para bater teve a coragem de vir aqui ontem e dizer que ontem teríamos negociação e a negociação saiu e meio caminho está andado então eu quero aqui hoje, cumprimentar apesar de todas as minhas discussões com o líder do Governo, cumprimentar o Deputado Algaci Túlio pela sua postura aqui diante deste Parlamento e diante dos professores do Paraná e da APP.

Essa saudação, Deputado, eu lhe devia hoje não porque nós estamos um pouco distantes no Governo e estamos até discutindo alguns assuntos, mas pelo que foi feito hoje numa discussão e que nós entramos nessa Casa e o Sindicato nos pediu para votarmos ao lado dos professores e diz assim: Deputado Jocelito, pode votar junto com o Governo que tudo está quase resolvido. Este é o caminho da educação, Sr. Presidente, é isso que nós queremos, aqueles que na campanha passada, aqueles que pediram voto hoje ainda não estão realizados mas quando se tem pessoas que querem resolver muitas coisas serão resolvidas e eu não quero fazer nenhuma injustiça, Sr. Presidente, e também destacar aqui a participação de um Secretário que entrou agora para cumprir a verdadeira função da Secretaria que é o Secretário Giovani, que com sua vontade, com sua dedicação e respeito ao povo do Paraná, ele ajudou a negociar com a APP, com os Srs. Deputados, o

Secretário Giovani, que lá, entrou na Casa Civil, para colocar na Casa Civil, que antes nem recebia os Deputados, hoje está recebendo os professores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Zucchi com a palavra.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, professoras e professores do Paraná.

Havia declinado do Horário da Liderança do nosso Partido, PPB, que me incumbiu dar aqui a posição do nosso Partido, com relação ao desfecho final dessa negociação que houve. Ouvi atentamente os discursos aqui, proferidos ontem por inúmeros Parlamentares, ouvi as vaias, os aplausos e aguerridos professores do Paraná.

Faço uma reflexão aqui para os aplausos dos professores, numa matéria já acordada, numa matéria que teve seu desfecho, de acordo com o diálogo que tratavam os professores, esta Casa e o Governo do Estado.

Mas uma reflexão enquanto funcionário público de carreira que sou, enquanto os funcionários públicos deste País, carregam o bastão, levaram a pecha, serviram de alibi, de subterfúgio, até para eleger Presidente da República que cassava os marajás e que terminou cassado.

Hoje, sai presidente e entra presidente e os funcionários públicos do Norte do Brasil, aguerridos como os professores, assim o servem. Continuam segurando a discussão do Vale do Rio Doce, continuam segurando a destruição do nosso Brasil.

Méritos, é bem verdade. Méritos ao Líder do Governo, méritos ao Líder do PDT, à Comissão de Educação e Cultura desta Casa, aos Parlamentares que se envolveram, ao trabalho silencioso, mas determinado, competente e decisivo do Presidente Anibal Khury, mérito ao Governo que abriu uma discussão ampla sobre a questão de educação no nosso Estado.

Mas mérito aos professores, que organizados e perseverantes, como tem que ser os brasileiros, num momento difícil, buscaram alternativa única e exclusiva, de ser dignos de continuar servindo naquilo que é de mais honrado para o nosso País, que é de geração em geração, além da transmissão do conhecimento, transformar o indivíduo num universo de conhecimentos e como cidadão pleno, interferir nos destinos da nossa Nação.

Votaremos com essa mensagem, acordados entre o Governo e os professores, intermediada por esta Assembléia e fazemos votos de que nós como brasileiros, continuemos firmes, cristalinos, retílineos no caminho

da Justiça e de uma sociedade que possa responder pelos anseios da Nação brasileira, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Luiz Carlos Alborghetti com a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Professores, Professoras.

Seria muita hipocrisia da minha parte, se viesse aqui a esse microfone e dissesse que participei de qualquer negociação, que vou salvar a vida dos professores do Paraná. Seria muita cretinice da minha parte mentir. Já estou há anos na televisão falando, do maldito salário do policial militar, do maldito salário dos professores do Paraná.

Só quero nesta tarde, enaltecer aqui o trabalho da APP, eu não me lembro daquele senhor que falou aqui por último ontem, Professor Romeu. Ele me deixou emocionado. Achei que o linguajar dele é cabloco como o meu e que vai direto na ferida, vai direto na cicatriz, vai direto no cancro, que lamentavelmente é a educação deste País. Quero enaltecer os Srs. da APP, quero enaltecer as autoridades e Deputados da Bancada do PT, do Pécules.

Estava assistindo de longe, mas sempre mantendo o contato com o Deputado Algaci, porque gostei muito do pronunciamento dele. Porque, o problema da educação não é de agora, de Lerner, já vem de anos e anos atrás. Seria muita hipocrisia dizer que o Requião salvou a educação do Paraná. Que o Álvaro salvou a educação do Paraná. Aí é hipocrisia! Aí é sacanagem! Ninguém salvou nada, não! Agora, digo aos Senhores, conversei com o Deputado Algaci e ele me dizia: "Estamos mantendo entendimento, e vamos solucionar o problema".

Agora, trair o professor do Paraná, o professor que é o segundo pai do meu filho, dos meus netos. Trair a professora do Paraná, que é a segunda mãe dos meus filhos e dos meus netos. Se Lerner traísse o professor do Paraná, seria a mesma coisa do que escarrar na cara dos meus filhos e nos filhos do meu Estado.

(Palmas).

Porque, na campanha política, Senhor Presidente, em todos os cantos do Paraná que eu estive, sempre tinha um grupo de professores com a bandeira de Jaime Lerner. Se Lerner, ganhou nesta eleição, foi porque os professores do Paraná ganharam para Lerner e levaram-no para o Palácio Iguaçu.

Seria muita cretinice da minha parte, que eu vim aqui trair professores do Paraná. Eu, no palanque, ao lado do Algaci, quantas vezes ao lado de Lerner, ao lado de tantos outros companheiros, gritando

pela educação, e hoje eu vou votar contra os professores do Paraná. Faltaria vergonha nessa cara.

Só quero dizer o seguinte, aos Senhores, vamos votar, a caminhada começou, um novo caminho está por vir, este é o lema e eu estou com fé em Cristo, que se Lerner trair o professor do Paraná, ele vai trair a cultura, a educação e a formação moral dos filhos do meu Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda, o Deputado Rosinha, que vai falar neste instante, Deputado Colombo.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só um segundo.

Gostaria de pedir ao Deputado Algaci, que mandasse abonar as faltas dos professores, de ontem e de hoje.

(Palmas)

O SR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, companheiras e companheiros, que ocupam as galerias da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Como servidor público que sou, da Prefeitura Municipal de Curitiba, no exercício de mandato, é que gostaria de fazer uso desta tribuna.

Nós queremos dizer que a questão do servidor público do nosso Estado, sejam eles municipais ou federais é uma questão muito séria, que deve ser discutida sob este ângulo, sob este ponto de vista. Acho ótima e excelente e tem todo o nosso apoio o reajuste dos professores e dos policiais. Os professores que não conquistaram não foi dívida, porque estou nesta Casa há cinco anos e meio. E em cinco anos e meio, nesta Casa, se faz dois tipos de discurso: aquele da galeria vazia e aquele da galeria cheia. É esta a questão séria que deve ser analisada sempre. Se, hoje, tem reajuste para os professores, foi porque houve uma conquista de toda a categoria e não por dívida de governo nenhum.

(Aplausos).

Outro setor que conquistou não por organização, mas que é responsável pelo sistema de repressão do nosso Estado, é a Polícia Militar. É nesse sentido que tem de analisar. E os demais servidores andarão pelas esquinas pedindo esmolas? Por que o Governo não atende os demais? Ele teria que atender a todos. Porque todos fazem parte do Estado do Paraná. Todos necessitam de um mínimo de reajuste, porque é impossível, nós, servidores, porque eu sou da Prefeitura de Curitiba, há dezesseis anos, e se tivesse na minha categoria, salário de médico de dezesseis anos, receberia da Prefeitura Municipal de Curitiba,

quinhentos e quatorze reais, seria o meu vencimento. Depois com os "penduricalhos", salubridade, horas extras e "penduricalhos" mais, mas o vencimento é esse.

Nós, servidores públicos do Estado do Paraná, há anos, entra e sai governo, se não tivermos força de luta, não temos conquista, e isso já está mostrado, já está provado.

Parabéns aos professores, que junto com o APP - Sindicato conseguiram esta vitória. E nós temos que continuar lutando para que os demais servidores conquistem os seus direitos. Agora, é importante, não somente salário, mas também transparência.

Senhores professores, companheiros e companheiras, o Estado do Paraná contratou recentemente uma empresa chamada Columbia, para fazer exame admissional. Custou aos cofres públicos do Estado duzentos e dezesseis mil, novecentos e dois reais e quarenta centavos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Peço, que V.Exa. se atenha a matéria que está sendo votada.

O DR. ROSINHA - E será. Isso faz parte da introdução.

(Risos e aplausos nas galerias)

Contrata-se essa empresa, quando o próprio serviço público estadual poderia dar conta, tanto é que na hora de fazer o exame admissional, buscou servidores da Secretaria de Saúde - SUS, porque a empresa não tinha capacidade para fazer isto.

Nenhum Estado funcionará, se não tiver respeito ao seu servidor. E, neste sentido, é que nós temos que analisar todas as políticas, sejam elas de reajustes, sejam elas no que diz respeito à estabilidade de emprego ou outras coisas mais, que querem modificar, usar a terceirização dos serviços, no caso de Faxinal do Céu, onde se deseja terceirizar uma boa parte, ali, contratando as empresas para fazer os cursos, quando nós sabemos que os institutos de educação superior, as nossas universidades, assim poderiam fazer.

Defendendo os nossos direitos, os nossos salários, nós queremos um Estado competente e justo, para defender o interesse do povo do Paraná.

Muito obrigado.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, faço encaminhamento da matéria, falando em nome do nosso Presidente da Comissão de Educação, Deputado Péricles Mello, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Quero dizer aos Senhores Deputados, especialmente desta situação, Bancadas de apoio ao Governo do Estado, que a votação já manifestada aqui, provavelmente de unanimidade, de apoio a esse projeto, consagrado numa discussão entre a APP e o Governo do Estado - de maneira nenhuma representa o completo atendimento das ansiedades da classe dos professores.

Quero fazer este alerta porque num momento de euforia, num momento de aplauso, num momento de consenso absoluto, tem que se refletir esta luta mais, tem que ser conduzidas aqui nesta Assembléia e também por parte dos Professores do Paraná, muito especialmente.

Nesse projeto há um reenquadramento nas tabelas, na carreira do professor. Mais ainda nós temos algumas conquistas, algumas lutas a serem tratadas, que é com relação à hora-atividade ao professor. E nós não estamos votando hoje, é um trabalho que nós, Deputados, devemos debruçar sobre ele, porque o professor não pode continuar levando provas, datilografando provas em casa, corrigindo provas, levando o caderno de anotação da chamada e ainda, a par disso, ajudar a APM, trabalhar nas quermesses, nos finais de semana pintando escolas, consertando cadeiras e aprendendo fazer assistência social aos alunos.

Uma outra luta que tem ainda, que tem que dar prosseguimento, não se fala hoje, na votação desse projeto, que é com relação à Regência de Classe que foi suprimida, o chamado pó de giz, professor que fica apagando quadro e escrevendo, cheirando, exalando o pó de giz, por atividade própria em sala de aula, e não atividade burocrática.

Essa discussão trabalharemos logo em seguida, e a APP está conclamada, os Senhores Professores fiquem atentos e trabalhem esta luta. E não se encerra a ação dos Professores, da APP no Paraná, enquanto Instituição de Representação de Classe, apenas a luta salarial. Deveremos dar o passo significativo, assim como nossa Bancada está discutindo justamente com todas as pessoas envolvidas no processo educacional, a política pública da educação gratuita, educação alternativa, as crianças constituídas, as crianças amparadas na rua, enfim a alternativa de políticas públicas de educação, porque aí está a responsabilidade do verdadeiro cidadão, especialmente o cidadão comprometido com a educação. Porque eu falo aqui não de um aspecto político, nem do aspecto ideológico, mas no aspecto pedagógico da atuação Parlamentar.

Quero dar o meu testemunho do professor alfabetizador de escola do interior de Medianeira, de Professor de Escola Estadual e agora Professor de Escola Federal. Não

se fala nessa votação os problemas da educação condicionados a acerto paliativo, é o mandante, é o câncer da sociedade brasileira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, senhores e senhoras professoras.

Em rápidas palavras, Sr. Presidente, até porque ontem, designado pelo nosso Líder Toti Colaço, viemos a esta tribuna e colocamos a nossa posição e deixamos claro em nome da Liderança do PMBD, que saberíamos reconhecer os avanços, as discussões, os entendimentos que eventualmente pudesse acontecer com relação à classe do magistério do Estado do Paraná.

Hoje mais uma vez, em nome do nosso Líder Toti Colaço, de nossa Bancada, eu gostaria de dizer aqui Srs. Parlamentares que não acho o grande momento dessa Casa, o momento da unanimidade. Acho sim, a unanimidade um esforço e a inteligência de eventuais conquistas. Nem sempre as melhores sessões dessa Casa são aquelas em que a unanimidade prevalece, porque a unanimidade é conhecida e é certa de que ela é a subjugação de muitos pensamentos.

Mas hoje, nós temos que reconhecer de que até esquecido Sr. Presidente, eu queria entre tantas homenagens além de colocar ênfase na Comissão de Educação dessa Casa, que teve um trabalho extraordinário, inclusive o Deputado Trevisan de ressaltar a posição nessa mensagem, pelo próprio Presidente da Assembléia Anibal Khury, que muitas vezes na condução do trabalho desta Casa, não é entendido pelas galerias quando pede silêncio, mas no entanto, e aí há o testemunho dos parlamentares desde o primeiro instante manteve a mensagem anterior na gaveta do seu gabinete, enquanto não se falasse os professores aposentados um compromisso seu, de que aqui quando votassem a Mensagem do Magistério assumissemos também a gratificação aos professores aposentados.

Reconheço, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, como integrantes hoje de Bancada de Oposição, ontem de Bancada de Governo, reconheço, como integrante do Governo passado inclusive, de que trabalho, a negociação com referência a professores e policial militar foi uma discussão, uma dura de lado a lado.

O Sr. Mário Sérgio da APP, seus integrantes, os seus professores aqui em Curitiba de vigília. No entanto, com cautela aguardamos às negociações e por parte do Governo reconhecemos o seu trabalho de ne-

gociação. Sei que a classe de professores está agindo de forma madura, porque nem todas as suas conquistas foram aqui representadas nesse Projeto. Mas certamente, a luta, continua com desdobramentos. Deus permita que consiga os Governantes sejam eles de que partido for, reconhecer necessidades básicas da população, que saiamos efetivamente do discurso e venhamos entender que saúde, educação, segurança são necessidades básicas da população e obrigação de prestação por parte do Estado.

Portanto, parabéns aqueles que conquistaram. Se há uma contribuição Sr. Presidente que a nossa Bancada está fazendo, o líder Toti Colaço, tem emendas sobre a sua Mesa, que poderiam ser apresentadas no dia de hoje. Não vamos fazer, porque é praxe Srs. professores quando de entrada de emenda de Plenário, que o Projeto seja devolvido para a Comissão dar o seu parecer, e atrasaria a votação. Não porque não pudesse implementar na folha de abril, porque por ter participação do Governo, sei que o Governo pode fazer folha suplementar, mas porque o professor está aqui no aguardo de poder ir para a casa com a conquista que vieram buscar. Não apresentamos a emenda, mas queremos dizer de que as Bancadas da oposição hoje, falando a mesma língua deputado Algaci, do que a Bancada de Governo, rendendo-se a um entendimento que o Governo fez com a categoria de professores e de militares.

Que nós tenhamos também nessa Casa, momentos como esse de hoje, em que a Bancada majoritária de Governo também se renda aos apêlos da oposição quando os entendimentos não puderem ser feitos. Quando a vontade de categorias não foram atendidas e as oposições tiverem aqui minoria cobrando por essas categorias. Que o mesmo ato de reconhecimento que nós estamos prestando hoje ao votarmos junto com a Bancada de Governo seja também prestado por aquela Bancada no atendimento da vontade dos servidores do Paraná. E que não sejam só os professores e os militares. Nós teremos embarques aqui dos outros funcionários públicos e o quadro geral do Estado. Poderíamos apresentar a emenda hoje, Senhores Professores, estaríamos prejudicando a conquista dos senhores. Mas, creio que, companheirismo de trabalho de Servidor Público, nós precisamos reconhecer, por exemplo, que o servidor do quadro geral, o médico, o dentista, o agrônomo, o veterinário, a enfermeira e tantos outros servidores públicos estão com os seus salários também defasados e precisam ter o reconhecimento. Nós lutaremos por isso.

E aqui, Senhor Presidente, sem medo dessa colocação na frente de servidores públicos, dos nossos Parlamentares, e não é demagógico, mas para aqueles que aqui

veem ao voltar as suas casas tenham a consciência do que acontece aqui dentro deste Poder, aqui tem senhoras da taquígrafia, tem jovens trabalhando, temos garçons, funcionários trabalhando em todas as repartições desta Casa de Leis e, são vistos aí fora como marajás, no entanto, servidores que ganham na faixa de trezentos reais, e são servidores do Poder também. Não é para os Parlamentares que essa colocação é feita, até porque o Parlamentar não vota o seu salário, quem vota o salário é a Câmara Federal.

O nosso pedido, da nossa Bancada, das Oposições, espero também da Situação, Deputado Algaci, seja de que nós possamos contemplar também melhor os nossos próprios servidores, que eles possam honradamente prestar assistência a tantos que aqui vêm em busca dos seus direitos.

Parabéns ao Governo, à sua Bancada, às Oposições, aos Professores, à APP e Deus permita que outros debates possam acontecer como esse, onde o respeito, o entendimento e o esforço conjunto sejam o grande vencedor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pretendo ser breve o assunto já dito esgotado na sua plenitude pelos demais companheiros.

Mas, quero neste momento render homenagens não só a APP, na figura do Mário Sérgio, do Romeu, da Natália, aos líderes que nos acompanharam durante estes três dias de idas e vindas ao Palácio do Governo para os entendimentos, ao Presidente desta Casa que foi o incansável em todos os momentos também e aos companheiros de Oposição, que atendendo ao apelo muito mais da APP e dos Professores, entende que se não é a melhor, é o que se pode oferecer neste momento como caminho que nós vamos trilhar ainda durante muito tempo em outras conversações.

Quero também, Sr. Presidente, neste momento dizer que o apelo feito pelo Deputado Alborghetti, eu não quero ser injusto também com outras categorias que possam vir fazer paralisações, dentro do possível a gente vai fazer força para atendê-los. Eu vou levar uma proposta a Secretaria da Administração, ao Secretário de Educação, ao Secretário da Casa Civil, no sentido de que os dias 16, 23 e 24 de abril não sejam considerados dias de faltas aos professores, desde que, e eu acho que é possível, que se reponham essas aulas.

Acho que é uma medida, um caminho, isto tudo porque nós entendemos que há um clima gostoso que nós estamos sentindo

nesta Casa, e é desta forma que é possível chegar a um entendimento.

Então eu vou propor isto, que seja feito o desconto, mas que seja feito em troca da reposição das aulas. E, também não seja anotado na ficha de cada um dos professores a ausência desses três dias.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Antonio Pelinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós vemos nas galerias, professores das mais diversas cidades. De Curitiba ao mais distante município do Paraná. Certamente quando cada professor voltar para a sua cidade, seus colegas, seus parentes, seus amigos vão estar curiosos em saber como é que cada deputado votou nesse projeto de interesse dos professores. Tenho a intuição que não haverá nenhum deputado que votará contra esse projeto, mas até no sentido de tranquilizar a posição do deputado na sua base eleitoral e para que cada professor tenha a certeza de como votou cada deputado, estou requerendo que o projeto seja feito em votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tenho uma sugestão a fazer ao requerimento do Deputado Belinati para que o processo de votação seja mais rápido: que se vote por Bancadas.

O SR. ANTONIO BELINATI - Concorde.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Inicia-se pela Bancada do PDT.

Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Unanimidade da Bancada do PDT.

Bancada do PTB.

Unanimidade da Bancada do PTB.

Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Unanimidade da Bancada do PT.

Bancada do PMDB.

Unanimidade da Bancada do PMDB.

Bancada do PSDB.

Unanimidade da Bancada do PSDB.

Bancada do PFL.

Unanimidade da Bancada do PFL.

O Projeto em 1.^a discussão tem uma emenda do Deputado Vanhoni.

O SR. ANGELO VANHONI - Senhor Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Só para concluir. A emenda do Deputado Vanhoni, e por inspiração do Deputado Vanhoni, acrescentar ao parágrafo 6º "ad referendum" da Assembléia.

Com a palavra, o Senhor Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhores Deputados e Senhores Professores presentes, o objetivo desta emenda: temos o entendimento de que o governo do Estado em acordo com a APP e em acordo com a Assembléia Legislativa, entendemos que o governo do Estado pretende respeitar cada letra deste acordo, cada vírgula deste projeto que está sendo aprovado aqui hoje.

O artigo 6º do projeto diz o seguinte: o Poder Executivo está autorizado a transformar cargos e depois prover mecanismos necessários para a promoção vertical do qual fala os artigos e incisos I e § 3º e assim por diante.

Como a primeira frase do artigo 6 diz que o governo poderá transformar cargos, tenho certeza que o governo tem a intenção, se for o objetivo dele, de transformar algum cargo, espero que este cargo seja para melhorar a vida dos professores da educação no Estado do Paraná.

No entanto, como uma salvaguarda do próprio Poder Legislativo e dos professores do Estado do Paraná, estou introduzindo a seguinte expressão, terá que passar pela Assembléia Legislativa...

(Tumulto no Plenário)

para que fique resguardado este compromisso dos Deputados.

Esta emenda que nós estamos colocando no projeto foi aprovada na Comissão de Justiça e peço aos Senhores Deputados que tenham o mesmo entendimento da votação do projeto, que aprovem esta emenda.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A fala do Presidente. Acho que tenho o direito de falar um pouco também.

Participei com os Deputados Algaci Túlio, Rossoni, com o Secretário Giovanni, de uma reunião preliminar que tratou do assunto dos professores e da Polícia Militar. A gente tem que ser sincero com vocês, absolutamene sincero; nem tudo são rosas, tem um pouco de espinhos também. Houve um erro da Secretaria da Administração na projeção da despesa com o aumento dos professores. Mais ou menos cinco milhões de reais por mês. A representação da Secretaria da Fazenda insurgiu-se contra o aumento, alegando que não garantiria que se pudesse pagar esse aumento durante todo o ano. E o Governador fechou a questão, temos que fazer justiça ao Governador que disse: Eu prometi. Nem que arrebente, bola para frente.

(Aplausos)

Então, nós temos que nos preparar, agora vem a parte de espinho, nós estávamos na parte das rosas, nós temos que nos

preparar para possíveis atrasos de vencimentos. Não desejamos isto, mas quero salientar que um Governo, um Governador precisa ter coragem para fazer o que Jaime Lerner fez: ele está cumprindo religiosamente o que prometeu para os professores. Vamos rezar, vamos cooperar para que a arrecadação aumente e ainda podemos almejar novas melhorias para os professores. E falo isto com absoluta sinceridade. Não tenho mais necessidade de agradar nem desagradar ninguém. Estou descendo a montanha e por isso quero me congratular com vocês por esta vitória, com os dirigentes da organização de vocês que foram tranquilos, foram calmos e puderam conduzir com sabedoria o que nós chegamos agora a concluir. Parabéns a vocês.

(Aplausos).

ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 40/96, que fixa o valor do soldo, para cada Posto e Graduação dos integrantes da Polícia Militar do Estado, com base no posto de Coronel, conforme especifica. PARECER DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 48, de 24.04.96. Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

Relatório

Oriundo da Mensagem Governamental nº 40/96, a presente proposição dispõe sobre o soldo da Polícia Militar do Estado do Paraná, alterando a redação de dispositivos da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1.973.

Fundamentação

Visa o projeto atender reivindicações dos Policiais Militares e ensejar melhor equacionamento na Tabela de Funções do Escalonamento Hierárquico da Corporação, adotando índices remuneratórios para cada posto e graduação. Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum impedimento para a tramitação da proposição em tela.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 150/96.

Sala das Comissões, em 24.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

* Há um requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente sessão para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. - Aprovado.

Ainda tem matéria de vocês, que serão votadas hoje, votação final.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 012/96, veto aposto ao Projeto de Lei n° 184/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo Estadual a instituir a Universidade Internacional da Agricultura Auto-Sustentável. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG N° 015/96.

Curitiba, em 17.01.96.

Senhor Presidente.

Terho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 306/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 184/95, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiantes expostos.

Objetiva o autógrafo instituir a Universidade Internacional da Agricultura auto-sustentável, com a finalidade principal de coligir todos os trabalhos e experiências na área da agricultura ecológica a nível mundial.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre de sua inconstitucionalidade, eis que versa sobre matéria cuja competência para iniciativa do processo legislativo é atribuída ao chefe do Poder Executivo, conforme preceituam os arts. 66, inciso IV e 87, inciso VI, ambos da Carta Estadual.

Por outro lado, vale ressaltar o fato de o assunto ter sido examinado pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e da Agricultura e do Abastecimento, as quais manifestaram-se contrárias à medida. Para oferecer maior detalhamento às razões do veto ora apostado, adoto o adiante transcrito pronunciamento da SEPL:

"Trata-se de projeto de lei autorizado que visa instituir a Universidade Internacional da Agricultura Auto-Sustentável, em que pese o mérito do autor, o texto em pauta colide frontalmente com o projeto em fase de implantação denominado Universidade do Campo, cuja orientação para implantação está a cargo do IAPAR.

Por se tratar de projeto específico que apresenta os chamados "Agricultores Ecológicos", em realidade o texto estabelece linhas de crédito subsidiados (Art. 12), que não estão contemplados no orçamento do Estado, fator este que inviabili-

za "ad initio" a sanção governamental.

Além da inexistência de verbas orçamentárias, da não indicação da origem das despesas, projetos de tal natureza que envolvem investimentos e dispêndios de recursos do Estado, são de iniciativa do Governador do Estado, logo o presente texto reveste-se de inconstitucionalidade que leva a vício de origem, sendo portanto necessária a sugestão de veto no presente dispositivo, oriundo da Assembléia Legislativa".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA BELINATTI

Governadora do Estado, em exercício

(O Proj. de Lei n° 184/95 encontra-se publ. no DA n° 56, de 24.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 12/96

P A R E C E R:

A proposição em tela traz veto apostado ao Projeto de Lei n° 184/95, que foi comunicado a esta Casa pelo Sr. Governador do Estado, através do Ofício SEEG/15/96, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Chefe do Poder Executivo vetou o referido Projeto conforme atribuição constitucional e por decorrer o mesmo de inconstitucionalidade, eis que a matéria nele versada é de competência da iniciativa do Governo do Estado, conforme preceituam os arts. 66, IV e 87, VI, ambos da Constituição Estadual.

Outrossim, o Veto se apóia em manifestações contrárias das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e da Agricultura e do Abastecimento.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.03.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA DA PROPOSIÇÃO N° 005/96, Veto apostado do Projeto de Lei Complementar n° 030/95, que autoriza o Poder Executivo a Empreender os Estudos e Planejamento Necessário à Criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - CODEL. Com relatório da CCJ., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo

Ofício/CIL/SEEG N° 271/95

Curitiba, em 20.12.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 212/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar n° 080/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder estudos no sentido da criação da "Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - CODEL".

A negativa de sanção ao Projeto de Lei Complementar em referência decorre de pareceres técnicos da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação geral, por mim endossados, os quais, circunstanciosamente, demonstram ser a medida, pela forma como está posta, contrária aos superiores interesses públicos, também inoportuna e desnecessária, eis que, estudos de tal natureza realizam-se independentemente de lei. Vale, por oportuno, lembrar a existência do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, órgão colegiado integrante da estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que vem suprimindo, satisfatoriamente, as necessidades pertinentes a estudos e planejamento, assim como de outras ações nessa tão importante área da atividade pública.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei Complementar que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Proj. de lei n° 80/95 encontra-se publ. no DA n° 144/95, de 25.10.95, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO N° 05/96

P A R E C E R:

A proposição em tela traz veto aposto ao Projeto de Lei Complementar n° 080/95, de autoria dos Deputados Angelo Vanhoni e Algaci Túlio, visando "autorizar o Poder Executivo estadual a empreender estudos e planejamento necessários à criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - CODEL".

O chefe do Poder Executivo as atribuições do Art. 87, inciso VII e em conformidade com o disposto no parágrafo 1° do

Curitiba, quarta, em 24.04.96

art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetou o Projeto de Lei por julgá-lo contrário ao interesse público. Além da justificativa constitucional, a Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo legal.

Do exposto, a proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis, nos termos regimentais.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou transferir a votação dos vetos da sessão de hoje para a sessão de amanhã para que possamos apresentar a votação das matérias que interessam aos professores e a Polícia Militar.

O SR. ALGACI TÚLIO (Questão de Ordem) - Mesmo porque - para completar a sua colocação - se aprovarmos nessas próximas duas Sessões Extraordinárias em Redação Final, esse aumento já sai na folha de pagamento deste mês. Não há razão de folha complementar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já mandei ao serviço especial da Casa que elaborasse os autógrafos para que V.Exa. levasse ainda hoje ao Governador.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas que, me parece que por esquecimento de V.Exa., não foi colocado que a emenda do Deputado Vanhoni, que pede ad referendum da Assembléia, por deferência da Comissão de Constituição e Justiça, por solicitação de V.Exa. já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, já faz parte do corpo do projeto, razão pela qual o projeto pode ser votado em 1.ª, 2.ª e redação final na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai considerar a sugestão de V.Exa. e a emenda incorporada com o substitutivo geral não será necessária mais uma sessão.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem) - Só gostaria de colocar aqui, Senhor Presidente, e eu ouvi atentamente todos os discursos, só para registrar inclusive em relação à Polícia Militar do Estado do Paraná. Acompanhei a reunião no Clube dos Oficiais do Estado do Paraná quando o Governo passou a mensagem, na verdade não é um aumento, e sim da reposição salarial dos policiais militares, e atentamente, mas muito atentamente na reunião, eu vi que os policiais militares, na verdade conquistaram, tiveram um pequeno avanço no seu vencimento. Os policiais militares que é cla-

ro, pretendiam como qualquer trabalhador pretende, a reposição salarial de uma só vez, conquistaram a sua reposição salarial em doses homeopáticas ao longo de 12 meses, mas os policiais militares ao longo daquela reunião, todos eles sem exceção, foram claros em dizer, que o Governo se esforçou, foram claros em deixar muito, mas muito nítido para todos na reunião, o empenho e o esforço do Deputado Algaci Túlio, foram claros em deixar claro também para todos que ali estavam, para mim como Deputado, para outros companheiros que ali estavam, o empenho do Secretário Giovanni Gionédís e empenho do Deputado Anibal Khury desta Casa, em que pese não haver por parte dos policiais militares aquele sorriso que todos esperavam, em que pese eles não estarem festejando o aumento, mas eles estão compreendendo que há um esforço da Assembléia, que há um esforço do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para logo após o término desta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 150 e 151/96.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E
COLONIZAÇÃO
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e eleição para Presidente e vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio; constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Nereu Moura e Edson Silva Lino, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Leila Godoy, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK
AUGUSTINHO ZUCCHI
NEREU MOURA
MILITINHO PUPPIO
GERALDO CARTÁRIO
IRINEU COLOMBO
RENY BORSATTO
EDSON SILVA LINO